

Processo Administrativo nº: 6809/2023.

Origem: Subsecretaria Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Pedido de Informação: E&L Produções de Software LTDA.

Objeto: Contratação de empresa, para fornecer um sistemas informatizado de Gestão Pública Integrada, englobando cessão do direito de uso, instalação, implantação, treinamento, customização, migração de dados pré-existentes, conversão e adequação, suporte técnico e manutenção corretiva, adaptativa, e evolutiva, atualização tecnológica e Assistência Técnica dos sistemas informatizados de Gestão Pública Integrada, visando a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade no desempenho de todas as atividades, serviços prestados e o alcance dos resultados planejados, durante o período contratual, e que atendam aos requisitos do SIAFIC – Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, para o Município de NOVA FRIBURGO, RJ e para a Câmara Municipal de NOVA FRIBURGO, RJ, pelo sistema web, em conformidade com as especificações técnicas, cuja descrição detalhada dos itens encontra-se no presente Termo de Referência.

RESPOSTA aos questionamentos sobre o Termo de Referência.

Trata o presente de resposta à Empresa **E&L PRODUÇÕES DE SOFTWARE LTDA**, por seu representante **ESTHER KOHLER LUDOVICO**, e-mail litacao@el.com.br, dos questionamentos interpostos contra o Termo de Referência da contratação supra mencionada:

Questionamentos :

1 - Com aos sistemas a serem contratados para o Município de Nova Friburgo, com ao item "REQUISITOS SISTEMA INTEGRADO DE TRIBUTACAO", verificamos possuir 2(dois) descritivos para o Sistema de Nota Fiscal, sendo o primeiro com 280 itens, sendo assim, questionamos: qual descritivo devemos considerar para fins de avaliagio na prova de conceito?

O prazo para início de instalação do sistema será de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato. O prazo para finalização dos serviços de instalação, implantação, migração, adequação, customização inicial e treinamento inicial dos sistemas licitados será de 30 (trinta) dias corridos, contados após a instalação do sistema. Ítem 3, PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.

Os Requisitos Mínimos Obrigatórios citados neste Termo de Referência, no item 4.1, à Administração Pública Municipal, através de seus Gestores, antes da assinatura do contrato, solicitará o teste de conformidade à 1ª colocada da fase de lances e apresentação de documentos, com o intuito de validar e comprovar a existência e a funcionalidade de tais exigências. Caso a licitante não tenha atendido 100% dos requisitos desta prova de conceito – respeitado o quantitativo mínimo de 80% – deverá entregar o que estiver faltando no prazo máximo de 30 (trinta) dias. **O prazo que se refere a este tópico, passa a correr a partir da publicação da avaliação da apresentação pelos técnicos do TIC e demais Secretarias, caso seja necessária à adequação das funcionalidades, no site do Comprasnet.** Desta forma, após a apresentação, haverá um período de análise pelos técnicos, sendo o prazo de 30 (trinta) dias contados após a publicação do resultado.

Quanto ao descritivo a se considerar na prova de conceito, o Termo de Referência é o documento em que o requisitante esclarece aquilo que realmente precisa, trazendo a definição do objeto e os demais elementos necessários à sua perfeita contratação e execução. Essas são as características do objeto a ser contratado. Portanto foram enumerados todos os atributos relevantes, e por conseguinte, foram exigidas apenas especificações essenciais à garantia do adequado cumprimento das obrigações do futuro contrato (o art. 37, inc. XX, da CF). Deste modo, reduz-se as chances de setores não técnicos cometerem equívocos ao longo do período de contrato, já que as inovações e implementos da nova contratação nos trazem experiências e aprendizados.

2 - Ainda, observando o edital, verificamos que no item “41 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO”, apesar de prever que os sistemas SISTEMA DE CONTROLE DE ALMOXARIFADO E SISTEMA DE COMPRAS. LICITACAO E CONTRATOS, farão parte da contratação, localizamos tais sistemas no anexo da planilha orçamentaria, tampouco suas características técnicas no memorial descritivo, vejamos:

O Item a que se refere o campo de CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO se destina aos fiscais que irão exercer a fiscalização e acompanhamento com o nome dos servidores designados, sendo que sua retificação não altera ou macula a continuidade do certame, conforme quadro abaixo e portanto, não deve ser levado em consideração. Tampouco fazem parte do descritivo especificados em cada módulo.

A contratada deverá seguir exatamente o indicado no termo de referência, que responde a essa questão, sendo documento de leitura obrigatória aos interessados a participar da licitação. A administração realiza seu controle de maneira autônoma, devendo ser considerado apenas o descrito nos módulos.

SISTEMA INTEGRADO	FISCAIS MÓDULO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO	MATRÍCULA
SISTEMA DE NOTA FISCAL ELETRONICA	PATRICK DE AZEVEDO RISSO	062.982
SISTEMA DE CONTROLE DE CONTABILIDADE PÚBLICA	MARCIA DE DEUS SOUSA	062.090
SISTEMA DE CONTROLE DE RECURSOS HUMANOS	LIEGE MARIA COELHO GOMES	062055
SISTEMA DE CONTROLE DE PROTOCOLO	ROSA AMÉLIA LEMOS SILVA	199.057
SISTEMA DE CONTROLE DE TRIBUTAÇÃO	JORGE DA SILVA MOURA	199.056
SISTEMA PRESTAÇÃO DE SERV. AO CONTRIBUINTEONLINE	ELOAN NAVEGA MACIEL	199.023
SISTEMA PORTAL DO SERVIDOR PÚBLICO	THAMER FROSSARD DE MOURA	206.863
SISTEMA PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	ALEXANDRE RICARTE RAMALHO	199.498
SISTEMA DE CONTROLE DE PATRIMÔNIO	AMILTON THULER DE MEDEIROS FILHO	199.108
SISTEMA BUSINESS INTELLIGENCE - BI	LEONARDO FERNANDES PEREIRA	116.113
SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE INTERNO	ANTÔNIO JOSÉ BRAGA DA FONSECA	062.886
SISTEMA DE CONTROLE DE CEMITÉRIOS	KASSIUS MARCELLUS FERSURA SAMPAIO DA SILVA	063154
SISTEMA INTEGRADOSIAFIC	FISCAIS MÓDULO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO	MATRÍCULA
SISTEMA DE CONTROLE DE CONTABILIDADE PÚBLICA	CARLOS JOSÉ GONÇALVES	038
SISTEMA PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	FERNANDA DA SILVA GUIMARÃES ROBSON TEIXEIRA AMBRÓSIO	1305 1265
SISTEMA DE CONTROLE DE RECURSOS HUMANOS	CARLOS RENATO DA SILVA RODRIGUES	2061
SISTEMA DE CONTROLE DE ALMOXARIFADO	EUDIANE MAIA DA SILVA	1426
SISTEMA DE CONTROLE DE PATRIMÔNIO	HANS WERNER ULRICH	2056
SISTEMA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS	MAÍSA BENVENUTI	1307
SISTEMA PORTAL DO SERVIDOR PÚBLICO	CARLOS RENATO DA SILVA RODRIGUES	2061

3 – Ainda, observando o edital, verificamos que apesar de constar no Memorial Descritivo “A - Câmara Municipal de NOVA FRIBURGO, RJ”, as características técnicas para o sistema “SISTEMA INTEGRADO DE ALMOXARIFADO” (imagem 1), não há menção do referido Sistema nos itens que fazem parte da Planilha orçamentária (imagem 2), o que nos suscitou dúvidas, vejamos: Devemos considerar tal sistema na elaboração de nossas propostas?

SISTEMAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO			
II ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
20.	Sistema Integrado de Contabilidade	Mensal	24
21.	Sistema Integrado de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Mensal	24
22.	Sistema integrado de Compras, Licitações e Contratos	Mensal	24
23.	Sistema integrado de Patrimônio	Mensal	24
24.	Sistema Integrado de Portal do Servidor Público	Mensal	24
25.	Sistema Int	Mensal	24
26.	Serviço de Hospedagem em Nuvem (Data Center Externo)	Mensal	24
27.	Sistema integrado de Almojarifado	Mensal	24
28.	Sistema integrado de Tesouraria	Mensal	24

Em 13 de setembro de 2023, foram retificados os módulos de contabilidade do Poder Legislativo, em especial sobre os itens LOA, PPA e LDO, após pedido de esclarecimento, sendo as alterações prestadas e considerados como regra e parte integrante do edital.

No que se refere ao sistema "SISTEMA INTEGRADO DE ALMOXARIFADO", não mencionado nos itens da Planilha Orçamentária destinados à Câmara Municipal de Nova Friburgo, esclarecemos que esta Casa de Leis utiliza o referido sistema e que tal indagação já fora objeto de esclarecimento, devidamente enviado a Comissão de Pregão. Sendo certo que os esclarecimentos apresentados - Pedido de Esclarecimento - são considerados como regra e parte integrante do edital.

Ademais, embora o Siafic seja um software único, que será utilizado por ambos, ele é baseado em dados que são compartilhados e integrados aos sistemas estruturantes, ainda que a contratação e o desenvolvimento sejam obrigação do Poder Executivo, devendo, portanto ser disponibilizado “também” para a Câmara Municipal, a fim de atender as regras do SIAFIC.

4 - O Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, deve, OBRIGATORIAMENTE, ser disponibilizado pelo Poder Executivo Municipal (Prefeitura, sendo também obrigatório que a Autarquia utilize tal sistema). Quanto a diferença nos descritivos do sistema Integrado de Contabilidade.

Quanto a aplicação do SIAFIC, entendemos que o módulo da contabilidade de ambos os poderes devem atender aos requisitos, padrões mínimos de qualidade e integração. Não necessariamente, com as mesmas aplicações dadas as peculiaridades de cada Poder, a exemplos dos módulos PPA, LDO e LOA. Sendo no final um único módulo a ser entregue com as soluções indicadas no TR.

Ainda sobre os módulos, os subsistemas relacionados poderão possuir outras nomenclaturas, mas deverão atender as Características Obrigatórias elencadas no item 20 do MEMORIAL DESCRITIVO. Os quadros demonstrativos foram cotados de forma separadas, apenas para fins de controle e conhecimento dos valores dos serviços especificados em cada módulo, sem prejuízo das demais cláusulas do TR, sendo mantida a padronização do objeto e todos os sistemas integrantes de gestão pública que estão reunidos em um único lote, da seguinte forma.

Conclusão

Sendo certo que o que se busca nas exigências descritas, são para consultas, sem alteração dos dados, diante das considerações apresentadas, enviamos o presente a **Comissão de Licitação do Município de Nova Friburgo**, para ciência e procedimentos de estilo, uma vez que as respostas aqui apresentadas - Pedido de Esclarecimento - são considerados como regra e parte integrante do edital.

Outrossim, comunicamos a **Comissão de Licitação do Município de Nova Friburgo**, que com as informações prestadas não houve alterações substanciais que afetassem a elaboração das propostas. **Assim, requer ao Senhor Pregoeiro que a data da licitação se mantenha a mesma originalmente designada.**

Nova Friburgo/RJ, 08 de dezembro de 2023.

<p>Subsecretário de Tecnologia de Informação e Comunicações</p>  <p>Roberto Calvano do Amaral Matr.: 063.101</p>	<p>APOIO TÉCNICO</p>  <p>Hugo de Souza Cascabulho Garcez Matr.: 063.029</p>
<p>De acordo, em prosseguimento:</p>  <p>Rodrigo França Silva Secretário Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão Matr.: 063.189</p>	

Domingos Martins/ES, 06 de Dezembro de 2023

À Comissão Permanente de Licitações
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo/RJ
PROCESSO ADMINISTRATIVO 6809/2023
PREGÃO PRESENCIAL 228/2023

Assunto: Questionamento

Como é sabido, a elaboração do edital subordina-se a regras vinculantes previstas em lei, somadas ao exercício de escolhas discricionárias da Administração Pública. Assim, todas as vezes que analisamos um edital, podemos nos deparar com vícios tanto de natureza vinculada como de natureza discricionária.

Ao analisar o edital acima referenciado, verificamos que o presente edital tem como objeto, a contratação de Sistemas Informatizados de Gestão pública para a Prefeitura de Nova Friburgo e a Câmara Municipal de Vereadores do Município, sendo que Lote 1 (único) foram especificados os sistemas para a Prefeitura e Câmara respectivamente, conforme **item 1.2** do TR.

Ocorre que, ao analisarmos minuciosamente o Termo de Referência, especificamente no item “20 – Memorial Descritivo”, foram identificadas algumas divergências que suscitaram dúvidas em relação aos sistemas a serem contratados, vejamos:

Primeiramente, observamos que o Memorial Descritivo foi dividido duas partes, sendo a primeira parte “**A - Câmara Municipal de DE NOVA FRIBURGO, RJ**” e a segunda parte, “**Sede da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e Demais Unidades Externas**”.

Questionamento nº 1

Com relação aos sistemas a serem contratados para o **Município de Nova Friburgo**, com relação ao item “REQUISITOS SISTEMA INTEGRADO DE TRIBUTAÇÃO”, verificamos possuir 2 (dois) descritivos para o Sistema de Nota Fiscal, sendo o primeiro com 280 itens, (pág. 78):

São obrigatórios e serão objeto de análise os seguintes módulos: módulo DESI-F, Construção Civil, Cartório, cruzamento com simples nacional, ITBI online e domicílio tributário eletrônico

- SISTEMA DE NOTA FISCAL

N	ITEM	OBRIGATÓRIO	OPCIONAL
1.	A aplicação deve trafegar os dados utilizando protocolo de comunicação seguro, denominado HTTPS.		

E o segundo, com 283 itens (pág. 103):

● Q - NOTA FISCAL E ISS

1)	A aplicação deve trafegar os dados utilizando protocolo de comunicação seguro, denominado HTTPS.
----	--

Sendo assim, questionamos: qual descritivo devemos considerar para fins de avaliação na prova de conceito?

Questionamento nº 2:

Ainda, observando o edital, verificamos que no item “41 – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO”, apesar de prever que os sistemas SISTEMA DE CONTROLE DE ALMOXARIFADO E SISTEMA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS, farão parte da contratação, não localizamos tais sistemas no anexo da planilha orçamentária, tampouco suas características técnicas no memorial descritivo, vejamos:

SISTEMA INTEGRADO	FISCAIS MÓDULO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO	MATRÍCULA
SISTEMA DE NOTA FISCAL ELETRONICA	PATRICK DE AZEVEDO RISSO	062.982
SISTEMA DE CONTROLE DE CONTABILIDADE PÚBLICA	MARCIA DE DEUS SOUSA	062.090
SISTEMA DE CONTROLE DE RECURSOS HUMANOS	LIEGE MARIA COELHO GOMES	062055
SISTEMA DE CONTROLE DE PROTOCOLO	ROSA AMÉLIA LEMOS SILVA	199.057
SISTEMA DE CONTROLE DE TRIBUTAÇÃO	JORGE DA SILVA MOURA	199.056
SISTEMA DE CONTROLE DE ALMOXARIFADO	LUCIANO SATILIO (Central)	199.192
	ANGELA MARIA SARDOU CHARRET (Saúde)	062.400
	MIGUEL ANGELO BUENO FERNANDES (Educação)	116.275
SISTEMA PRESTAÇÃO DE SERV. AO CONTRIBUINTE ONLINE	ELOAN NAVEGA MACIEL	199.023
SISTEMA PORTAL DO SERVIDOR PÚBLICO	THAMER FROSSARD DE MOURA	206.863
SISTEMA PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	ALEXANDRE RICARTE RAMALHO	199.498
SISTEMA DE CONTROLE DE PATRIMÔNIO	AMILTON THULER DE MEDEIROS FILHO	199.108
SISTEMA BUSINESS INTELLIGENCE - BI	LEONARDO FERNANDES PEREIRA	116.113
SISTEMA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS	ANTÔNIO JOSÉ BRAGA DA FONSECA (CONTROLADORIA GERAL)	062.886
SISTEMA DE CONTROLE DE CEMITÉRIOS	KASSIUS MARCELLUS FERSURA SAMPAIO DA SILVA	063154

Já na planilha orçamentária, **NÃO HÁ** menção aos referidos sistemas:

LOTE 01						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	U/C	QUANT.	PREÇO	
					MENSAL	TOTAL
1	27507	Contratação de empresa, para fornecer um sistemas informatizado de Gestão Pública Integrada, englobando cessão do direito de uso, instalação, implantação, treinamento, customização, migração de dados pré-existentes, conversão e adequação, suporte técnico e manutenção corretiva, adaptativa, e evolutiva, atualização tecnológica e Assistência Técnica dos sistemas informatizados de Gestão Pública Integrada que atendam aos requisitos do SIAFIC – Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, para o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, pelo sistema web.	MÊS	24	R\$ 216.252,17	R\$ 5.190.052,08
1.1		Sistema Integrado de Contabilidade	MÊS	24	R\$ 29.326,04	R\$ 703.824,96
1.2		Sistema Integrado de Recursos Humanos	MÊS	24	R\$ 8.520,00	R\$ 204.480,00
1.3		Sistema integrado de Folha de Pagamento Integrado ao Recursos Humanos	MÊS	24	R\$ 11.854,00	R\$ 284.496,00
1.4		Sistema integrado de Protocolo	MÊS	24	R\$ 2.482,00	R\$ 59.568,00
1.5		Sistema Integrado de Processo Digital	MÊS	24	R\$ 28.369,00	R\$ 680.856,00
1.6		Sistema Integrado de Tramitação de Processos	MÊS	24	R\$ 3.036,00	R\$ 72.864,00
1.7		Sistema integrado de Tributação	MÊS	24	R\$ 45.962,50	R\$ 1.103.100,00
1.8		Sistema integrado de Patrimônio	MÊS	24	R\$ 4.784,38	R\$ 114.825,12
1.9		Sistema Integrado do Portal do Contribuinte	MÊS	24	R\$ 3.169,27	R\$ 76.062,48
1.10		Sistema Integrado de Portal do Servidor Público	MÊS	24	R\$ 3.100,00	R\$ 74.400,00
1.11		Sistema Integrado do Portal de Transparência	MÊS	24	R\$ 3.436,98	R\$ 82.487,52
1.12		Sistema Integrado de Controle Interno	MÊS	24	R\$ 3.696,00	R\$ 88.704,00
1.13		Sistema de Procuradoria Pública	MÊS	24	R\$ 4.800,00	R\$ 115.200,00
1.14		Sistema de Controle de Cemitérios	MÊS	24	R\$ 2.500,00	R\$ 60.000,00
1.15		Sistema de Meio Ambiente	MÊS	24	R\$ 5.200,00	R\$ 124.800,00
1.16		Sistema Integrado de Business Inteligente	MÊS	24	R\$ 15.692,00	R\$ 376.608,00
1.17		Controle de Leis e Atos Normativos	MÊS	24	R\$ 6.015,00	R\$ 144.360,00
1.18		Sistema Integrado de Notas Fiscais de Serviços Eletrônicos (NFSe) com Portal e ISS bancário	MÊS	24	R\$ 11.309,00	R\$ 271.416,00
1.19		Serviço de Hospedagem em Nuvem (Data Center Externo)	MÊS	24	R\$ 23.000,00	R\$ 552.000,00

Sendo assim, questionamos: Devemos considerar tais sistemas na elaboração de nossas propostas? Caso positivo, o edital será retificado a fim de sanar tais dúvidas?

Questionamento nº 3:

Ainda, observando o edital, verificamos que apesar de constar no Memorial Descritivo “A - Câmara Municipal de NOVA FRIBURGO, RJ”, as características técnicas para o sistema “SISTEMA INTEGRADO DE ALMOXARIFADO” (imagem 1), **não há menção** do referido sistema nos itens que fazem parte da Planilha orçamentária (imagem 2), o que nos suscitou dúvidas, vejamos:

IV - SISTEMA INTEGRADO DE ALMOXARIFADO	
R. CONTROLE DE ALMOXARIFADO	
494.	R.1. O módulo de estoque deverá permitir o controle de toda a movimentação de entrada, saída, devolução e transferências de materiais feitas nos estoques, bem como administrar e inventariar os estoques para localização física do material e control automática;

(imagem 1)

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	U/C	QUANT.	PREÇO	
					MESSAL	TOTAL
2	27507	Contratação de empresa, para fornecer um sistemas informatizado de Gestão Pública Integrada, englobando cessão do direito de uso, instalação, implantação, treinamento, customização, migração de dados pré-existent, conversão e adequação, suporte técnico e manutenção corretiva, adaptativa, e evolutiva, atualização tecnológica e Assistência Técnica dos sistemas informatizados de Gestão Pública Integrada que atendam aos requisitos do SIAFIC – Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, para CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA FRIBURGO, RJ, pelo sistema web.	MÊS	24	R\$ 34.374,21	R\$ 824.981,04
2.1		Sistema Integrado de Contabilidade	MÊS	24	R\$ 3.626,85	R\$ 87.044,40
2.2		Sistema Integrado de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	MÊS	24	R\$ 3.054,11	R\$ 73.298,64
2.3		Sistema Integrado de Compras, Licitações e Contratos	MÊS	24	R\$ 2.042,91	R\$ 49.029,84
2.4		Sistema Integrado de Patrimônio	MÊS	24	R\$ 2.125,68	R\$ 51.016,32
2.5		Sistema Integrado de Portal do Servidor Público	MÊS	24	R\$ 1.204,17	R\$ 28.900,08
2.6		Sistema Integrado do Portal de Transparência	MÊS	24	R\$ 1.624,65	R\$ 38.991,60
2.7		Sistema Integrado de Business Inteligente	MÊS	24	R\$ 8.497,92	R\$ 203.950,08
2.8		Controle de Leis e Ato Normativos	MÊS	24	R\$ 5.197,92	R\$ 124.750,08
2.9		Serviço de Hospedagem em Nuvem (Data Center Externo)	MÊS	24	R\$ 7.000,00	R\$ 168.000,00

(imagem 2)

Sendo assim, questionamos: Devemos considerar tal sistema na elaboração de nossas propostas? Caso positivo, o edital será retificado com a inclusão do referido sistema no Lote da Câmara Municipal, bem como o seu valor estimado do sistema na Planilha Orçamentária?

Questionamento nº 4

Em razão da previsão constante na Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, cujo objeto foi estabelecer o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; bem como a alteração da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, foram adotadas algumas medidas para reforço da responsabilidade fiscal, merecendo especial atenção a alteração do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, in verbis:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

[...]

§6º Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, do ente da Federação devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia. (Destacamos)

Apesar disso, durante muito tempo após a modificação legislativa os entes ignoraram a regra estabelecida no parágrafo sexto, não utilizando o sistema único de execução orçamentária e financeira, mantido e gerenciado pelo Poder Executivo, ou seja, os órgãos continuaram a contratar seus sistemas de forma individual e isolada.

Ocorre que mais recentemente, por meio do Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020, o Governo Federal, novamente determinou:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal de todos os entes federativos em relação à adoção de Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - Siafic, será assegurada pela observância do padrão mínimo de qualidade estabelecido neste Decreto e do disposto no art. 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, sem prejuízo de outras disposições previstas em lei ou em atos normativos aplicáveis.

§ 1º O Siafic corresponde à solução de tecnologia da informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, incluídos os módulos complementares, as ferramentas e as informações dela derivados, utilizada por todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluídas as defensorias públicas de cada ente federativo, resguardada a autonomia, e tem a finalidade de registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial e controlar e permitir a evidenciação, no mínimo:

[...]

§ 6º O Siafic será único para cada ente federativo e permitirá a integração com outros sistemas estruturantes, conforme o disposto nos incisos I e II do caput do art. 2º, vedada a existência de mais de um Siafic no mesmo ente federativo, mesmo que estes permitam a comunicação, entre si, por intermédio de transmissão de dados. (Destacamos)

Desde então diversos tribunais de contas estaduais iniciaram a regulamentação de tal condição e passaram a incluir em seu plano de fiscalização os pontos de controle necessários à verificação do cumprimento de tal regra. A consequência disso é que o Poder Executivo Municipal passará a ser obrigado a disponibilizar a todos os demais órgãos e poderes localizados em sua jurisdição o mesmo sistema de execução orçamentária e financeira.

Na expectativa de esclarecer as dúvidas referentes à interpretação e aplicação do Decreto Federal nº 10.540, o GRUPO TÉCNICO Nº 3 do Acordo de Cooperação Técnica entre o Tesouro Nacional e os Tribunais de Contas, representados pelo IRB e ATRICON divulgaram, através do endereço eletrônico <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=30703>>, o manual SIAFIC PERGUNTAS & RESPOSTAS, onde esclarece diversas questões. Dentre as quais, destacamos:

1. O que é o Siafic?

É um Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle. O Siafic é um software único que deve ser utilizado pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (quando houver) e órgãos de cada ente, com base de dados compartilhada e integrado aos sistemas estruturantes (gestão de pessoas, patrimônio, controle etc.).

O objetivo é que todos que utilizem os recursos públicos dentro de cada esfera da Federação sigam as mesmas regras e falem a mesma língua na hora de registrar os atos e fatos da administração orçamentária, financeira e patrimonial.

12. A quem cabe a contratação e manutenção do Siafic? Quem deve pagar pelo Siafic?

O Siafic deve ser mantido e gerenciado pelo Poder Executivo de cada Município ou Estado. Pode ser um sistema próprio (criado pelo próprio Poder Executivo) ou contratado através de terceiros (licitação).

Quem deve cuidar da contratação ou desenvolvimento do Siafic é o Poder Executivo. Em relação ao custeio do sistema, pode existir ou não a transferência de recursos entre o Poder Legislativo e Executivo para a contratação, manutenção e gerenciamento do sistema. O ideal é que a decisão ocorra entre os poderes legislativo e executivo, em um diálogo.

Nesse sentido, ao analisar o objeto da presente licitação, em especial o descrito no Anexo I – Termo de Referência, verificamos que possuem 2 (DOIS) descritivos para o Sistema Integrado de Contabilidade com características técnicas diferentes para a Prefeitura. e Câmara Municipal.

Ocorre que, tal como esclarecido anteriormente, o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – Siafic deve, OBRIGATORIAMENTE, ser disponibilizado pelo Poder Executivo Municipal (Prefeitura, sendo também obrigatório que a Autarquia utilize tal sistema.

Sendo assim, questionamos: O edital será retificado nesse sentido, afim de atender as normativas aplicáveis ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC)?

Reiteramos que tais informações são indispensáveis para a elaboração de nossas propostas.

Agradecemos antecipadamente pela atenção dispensada e aguardamos os esclarecimentos necessários para que possamos participar do certame de maneira transparente e em conformidade com as normativas aplicáveis.

Na oportunidade, colocamo-nos à disposição para o esclarecimento de quaisquer dúvidas adicionais.

Dados para contato:

Telefone: 27-3268 3123

e-mail: licitacao@el.com.br

Sem mais agradecemos.

À disposição para maiores esclarecimentos,

Ester Kohler Ludovico

Divisão de Licitação e Contratos

E&L Produções de Software Ltda.